

# Desafiando pactos narcísicos

## Diversidade e democratização na psicanálise

Márcio de Assis Roque,<sup>1</sup> São Paulo

Resumo: O presente artigo destaca a necessidade de maior inclusão e diversidade nas instituições psicanalíticas, abordando a posição dos membros filiados e o impacto do narcisismo e racismo nas relações institucionais. Para atender às demandas contemporâneas, sugere ser fundamental a revisão dos processos de pertencimento e participação, desmantelando exclusões e privilégios, e promovendo a autorreflexão e análise crítica. Somente dessa forma será possível enriquecer o campo da psicanálise com perspectivas e experiências diversas, garantindo representação justa e maior diversidade.

Palavras-chave: identidade, pacto narcísico, formação, inclusão, diversidade, democratização

Em outubro de 2022, foi realizado o Simpósio bienal da Associação dos Membros Filiados com o título “Formações: o que é um analista?”. Foram dois dias de debates sobre as relações – ou a falta delas – entre a psicanálise e outras áreas do conhecimento, como teoria queer, filosofia, teatro, política e ciências sociais. Quatro eixos temáticos principais foram discutidos: “O que é um analista?”, “O que falta”, “Psicanálise e política” e “Diálogos”. O Simpósio destacou-se tanto pelas pessoas convidadas, muitas de fora do campo da psicanálise, como pelo formato que privilegiava a conversa entre as pessoas integrantes das mesas, que não apenas respondiam às perguntas formuladas pelos moderadores, mas também puderam questionar umas às outras. O debate foi rico e diverso do ponto de vista teórico e das implicações pessoais nas práticas de cada campo de atuação discutido.<sup>2</sup>

1 Membro filiado do Instituto de Psicanálise Durval Marcondes da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (SBPSP), ex-presidente da Associação de Membros Filiados e coordenador no Serviço de Psicoterapia/Núcleo de Psicanálise do IPQ-HCFM-USP.

2 As mesas foram gravadas e estão disponíveis para quem quiser acompanhar mais profundamente todas as discussões. É possível ver a íntegra do Simpósio na página oficial da AMF: <<https://www.youtube.com/channel/UCkJKyJ0eq98KauL7nPUb2hg>>.

Um dos eixos transversais que perpassou praticamente todo o Simpósio foi o conceito de identidade, uma questão que há décadas se mostra relevante para a teoria e a prática da psicanálise. Se, por um lado, foi discutido que um dos caminhos possíveis durante o processo de análise seria a dissolução de formas de aprisionamentos do eu diante das identidades, por outro, foi destacada a importância do uso social e político do conceito, principalmente por dar visibilidade e voz a demandas de grupos historicamente excluídos e vulnerabilizados, e por permitir a criação de movimentos representativos para reivindicações específicas. Questionamentos foram levantados por a psicanálise conservar, de maneira acrítica, uma certa ideia de sujeito universal, desconsiderando diferentes vozes e experiências epistêmicas às vezes rotuladas como “identitarismo”.

No Simpósio, mais de um palestrante observou que a plateia era majoritariamente composta por pessoas brancas e cisgêneras, formando um grupo bem específico, delimitado e pouco diverso. Constatações assim não são novas no meio psicanalítico e situações semelhantes são observadas em outros contextos. Talvez uma das intervenções nesse sentido mais conhecidas tenha ocorrido em 2019, durante uma palestra proferida por Preciado (2019), na Escola da Causa Freudiana em Paris,<sup>3</sup> quando ele apontou a ausência de corpos divergentes na plateia e o impacto que isso exerce na construção teórica e prática da psicanálise. Kilomba (2019), em seu livro *Memórias da plantação*, nos diz como a psicanálise estabeleceu-se dentro da imagem universal de um homem branco, desconsiderando questões raciais e sua relação com o processo de subjetivação e constituição do narcisismo de pessoas que não se reconheceriam nas imagens disponibilizadas pela cultura hegemônica. Com base nesses pontos de vista, é possível percebermos que, apesar dos esforços de muitas instituições, tratar de diversidade no campo da psicanálise ainda está em um horizonte distante, e que é preciso reconhecer as instituições tradicionais como inacessíveis para boa parte daqueles que desejam percorrer uma formação analítica.

Recentemente no Brasil, vimos grupos e coletivos psicanalíticos surgirem em territórios e espaços onde antes a psicanálise nem sequer chegava ou, se chegava, era deslocando analistas de centros tradicionais para atender populações vulnerabilizadas. Esses grupos surgiram como alternativas às dificuldades de acesso às formações tradicionais, mas é possível afirmar que

3 Intervenção na 49ª Jornada da Escola da Causa Freudiana em 17 de novembro de 2019, publicada posteriormente com o título de *Sou um monstro que vos fala*.

hoje em dia eles já atuam em contextos situados para além dessas questões e têm se consolidado cada vez mais como espaços autônomos de pensamento. Coletivos como PerifAnálise, Margens Clínicas, Clínica Periférica de Psicanálise, Clínica Aberta Casa do Povo, Projeto Converse com um psicanalista – entre muitos outros – têm se articulado dentro de lógicas, como a de territórios e bordas, e produzido uma efetiva democratização do campo psicanalítico por meio da criação de espaços formativos acessíveis e horizontais, ampliando as ofertas de atendimento nos mais variados dispositivos clínicos. Destaco aqui uma série de zines da N-1 Edições intitulada *Clínicas de Borda*, em que são apresentados os trabalhos de 22 coletivos e organizações de psicanalistas de diferentes lugares descrevendo suas produções e pesquisas. Se antes estavam excluídos, hoje quem circula nesses diferentes espaços sabe do vigor e da potência criativa desses coletivos.

Críticas e iniciativas como essas têm sido importantes para o desenvolvimento da psicanálise, que encontra nos seus avizinhamentos e fronteiras diálogos capazes de movimentar o campo. É importante salientar que muitas dessas produções têm partido de sujeitos que estavam restritos a objetos dos discursos que recaíam sobre eles e vêm produzindo giros importantes nas discussões, causando uma verdadeira revolução na maneira na qual compreendemos e organizamos as tradições teóricas. Dar ao objeto a oportunidade de falar e de ser ouvido foi um ato revolucionário. Isso, no entanto, não ocorre sem certo assombro. Paul Preciado foi acusado de atacar a psicanálise e de querer pensar um sujeito ilimitado em seu gozo, por não se submeter aos limites de formações (binárias) como masculino e feminino. Proposições como as de Grada Kilomba são acusadas de recair em um reducionismo “identitarista” por desconsiderar que o inconsciente não comportaria o conceito de raça. Analistas que se formam em grupos e coletivos fora das instituições tradicionais hegemônicas comumente são acusados de falta de rigor em suas formações.

A despeito das reações negativas, a psicanálise, entretanto, tem evoluído ao longo do tempo, assim como tem sido influenciada pelas mudanças culturais e sociais, pelos ricos diálogos com outros campos, pelas trocas epistêmicas com vozes e corpos dissidentes e, principalmente, pelos desafios clínicos que se impõem na contemporaneidade. Hoje em dia, muitos psicanalistas estão mais conscientes e buscam articular e desenvolver essas demandas em suas teorias e práticas clínicas, livrando a psicanálise dos riscos do solipsismo. Igualmente, vemos uma preocupação crescente com

a inclusão e democratização do campo psicanalítico, pois compreende-se cada vez mais que uma psicanálise verdadeiramente efervescente e à altura de seu tempo só será possível com base em uma profunda reflexão sobre os processos de exclusão e expulsão presentes nas instituições.

Se durante muito tempo as instituições tradicionais eram inacessíveis para muitos dos que se interessavam pelos estudos da psicanálise, fosse pelos altos custos das formações, pelos códigos implícitos e explícitos que determinam quem é aceitável ou não em determinados ambientes, ou até pela localização da maioria das sedes, que se concentram em bairros economicamente abastados, hoje encontramos iniciativas importantes dentro dessas instituições para tentar mudar essa realidade. Projetos como o Virgínia Bicudo, criado pela Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, vêm debatendo sobre como reparar historicamente e incluir aqueles outrora excluídos da formação analítica. Essa comissão tem se dedicado a discutir políticas afirmativas e à promoção de eventos sobre temas como o racismo, colaborando para a percepção e reconhecimento de que a manutenção de privilégios e indiferença ao diferente é estruturalmente arraigado. É passada a hora de implementar uma efetiva política de inclusão e democratização nos meios psicanalíticos.

O tema deste volume é um convite oportuno para pensarmos como esses processos têm se dado. Na Carta-convite, foi-nos apresentada a imagem de um quintal como um espaço de contato com o mundo, de convivência no *entre e por onde* circulam trocas e tensionamentos entre os campos de conhecimento. Essa primeira imagem de um lugar que se abre, simultaneamente, para dentro e para fora evoca imediatamente uma segunda, a de que todo quintal é quintal de algum lugar. Se estamos falando da ampliação do acesso à formação como um dos mecanismos necessários para o avanço do campo psicanalítico, devemos nos perguntar como estão nossas casas (instituições) para além ou aquém dos quintais. Afinal, não bastaria criarmos um acesso mais inclusivo sem refletir sobre as condições dos analistas em formação e como tem-se dado a sustentação da presença do diferente e do diverso em nossas instituições.

Certamente, a posição de analista em formação é uma das mais desafiadoras dentro de uma instituição, a começar pela dificuldade de encontrar um nome adequado para tal posição. Na Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (SBPSP), a troca do termo “candidato” por “membro filiado”, na primeira década dos anos 2000, foi resultado de um longo e significativo processo que, embora não tenha solucionado as controvérsias em torno da

nomenclatura da posição, procurou denotar certa relação institucional do membro filiado por meio do pertencimento ao Instituto (Diretoria responsável pela formação dos analistas), ao mesmo tempo que não deixava de carregar a marca de seu não pertencimento pleno como membro da SBPSP e sua condição ainda incompleta como analista – filiado a quem ou a quem?

Deslocamentos como esse foram frutos de um importante movimento político que se iniciou na década de 1970 com a criação de uma Associação representativa dos então candidatos, que procurou dar voz a seus interesses. A Associação dos Membros Filiados (AMF), como passou a se chamar, participou de momentos institucionais marcantes, como a intervenção da IPA, a reformulação do currículo do Instituto, a criação de uma clínica social, a formação continuada e instituição da participação por votos de dois membros filiados na Comissão de Ensino, colegiado formado por diferentes membros da SBPSP que tem por função discutir parâmetros e regulamentos pertinentes à formação. Atualmente, os membros filiados estão presentes em muitas atividades da Sociedade, são eles aqueles que mais atendem pelo Centro de Atendimento Psicanalítico (CAP), clínica social voltada ao público externo, confirmando sua vocação de estar em uma zona intermediária entre o interno e externo da instituição.

Sabemos, entretanto, que nenhum ganho ou avanço político é definitivo, principalmente se considerarmos que a cada época novos desafios surgem. Embora possamos destacar conquistas como o direito a voz e ao voto, como na Comissão de Ensino – mesmo que restrito a 2 votos em um universo de 21 totais –, é momento de refletirmos sobre como ampliar a participação direta dos membros filiados em assuntos que dizem respeito a sua vida institucional.

Eleições como a da Diretoria do Instituto, lugar ao qual os membros filiados estão ligados, ainda não contam com a possibilidade de voto direto dos analistas em formação para a composição de seus cargos. Na edição anterior deste mesmo *Jornal de Psicanálise*, foram publicados os relatórios do Congresso Interno de Atibaia, ocorrido em 2007, sobre a análise didática, em que foram discutidos temas como frequência, restrições ou aberturas das funções didáticas, validação de análises anteriores, perversões do processo analítico e ética do analista. É curioso notar pelos relatórios que, embora alguns grupos tivessem a indicação de que havia membros filiados presentes nos debates, suas vozes praticamente não são ouvidas nos relatórios finais e nas decisões posteriores. Na Assembleia de 2010, que decidira sobre o

modelo de análise didática definida em regulamento próprio e estatuto, os membros filiados ficaram alijados de participação efetiva e não tiveram direito ao voto. É importante ressaltar que, atualmente, os membros filiados representariam mais de 1/3 dos votos totais, se tivessem a oportunidade de participar de maneira igualitária em assuntos que tenham como objeto sua inserção institucional.

Considerando essa impossibilidade atual e a importância e legitimidade que a ampla participação de todos traria aos processos e decisões institucionais, devemos perguntar então: há algum desconforto na participação dos membros filiados em votações sobre assuntos que lhes dizem respeito? É possível notar a existência de certa ambivalência em relação à posição do membro filiado. Em alguns casos, sua posição fronteiriça é valorizada como responsável pela circulação de novas ideias e pela produção de renovações dentro das instituições, já em outros momentos, são tomados como externos e postos na posição infantilizada de quem ainda não tem condições de participar das decisões institucionais. Em um artigo de 2014 intitulado “Para que AMF?”, os autores discutem a existência de um pacto narcísico que pode ser estabelecido entre o analista em formação e a instituição, e que teria como uma das consequências o abandono da trajetória pregressa do analista em formação em troca da promessa de alcançar um ideal ou modelo de analista oferecido pela instituição. Isso traria, ainda, para a instituição e seus membros o risco de que o uso de predicados como “analista” ou “membro” fosse tomado como equivalente a uma posição fechada e definitiva.

Pensar o jogo institucional pelo viés do narcisismo é bastante útil e nos faz avançar em alguns pontos iniciais sobre identidade e identificações. Cida Bento (2022), convidada para falar sobre seu livro *Pacto da branquitude* em um dos eventos promovidos pelo Projeto Virgínia Bicudo, acrescenta o racismo como um operador fundamental nos pactos narcísicos das relações institucionais, que teria como objetivo fundamental manter o poder e os privilégios nas mãos de determinados grupos, nesse caso, a branquitude. Esse importante operador estruturaria as relações a tal ponto, que o pertencimento institucional, o reconhecimento de pares e as possibilidades de inserção estariam, para determinados corpos, impedidas.

Vivemos em um país com enormes abismos sociais, estruturalmente racista, conservador nos costumes e economicamente desigual, e esses processos podem ser observados nas mais variadas instituições. Uma mulher negra eleita deputada estadual por São Paulo conta em sessão plenária da

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) o episódio de racismo sofrido no dia de sua posse, quando uma policial e uma servidora pediram a ela que liberasse caminho para os deputados passarem.

Os apontamentos feitos no Simpósio pelos palestrantes sobre a composição da plateia e seu recorte identitário revelam igualmente que as instituições psicanalíticas continuam estruturadas dentro desses pactos narcísicos. Promover a inclusão, a diversidade nas práticas de ensino, pesquisa e atendimento clínico não se resume simplesmente à ampliação do acesso. É preciso que haja um trabalho ativo para dismantelar a perpetuação da exclusão e do privilégio dentro das instituições. Isso pode envolver o questionamento e a desconstrução de ideais e modelos de analistas que estão enraizados em sistemas de poder específicos. Ao mesmo tempo, é importante promover a autorreflexão e a análise crítica das próprias práticas e crenças institucionais. Nesse contexto, é crucial que as instituições psicanalíticas abram espaço para vozes diversas e promovam uma participação mais igualitária de seus membros, independentemente de sua posição no processo de formação. A ampliação da diversidade econômica, racial e de gênero dos analistas em formação deve ser priorizada e acompanhada de mecanismos de pertencimento e participação efetiva nas instituições, tanto para garantir uma representação mais justa como também para enriquecer o campo da psicanálise com diferentes perspectivas e experiências.

Produções como as de Grada Kilomba e Paul Preciado colaboram para descentramentos e deslocamentos dos sujeitos ao disponibilizar novas chaves sobre as formações narcísicas e identitárias. Essas aberturas têm sido fundamentais para a construção de novos saberes e da possibilidade de lidarmos com as complexidades que encontramos em clínicas atuais, como as novas conformações de gênero e experiências de mundo com base em perspectivas epistemológicas diversas. Certamente a psicanálise tem um papel revolucionário de escuta do objeto e descentramento do sujeito, e não devemos temer que seu campo possa estar ameaçado pelas mudanças paradigmáticas que têm se apresentado, principalmente quando sujeitos antes estruturalmente excluídos se põem a falar.

Se quisermos construir uma instituição que atenda às demandas de seu tempo sem perder o bonde da história, precisamos urgentemente rever os processos internos de pertencimento e participação, assim como estar dispostos a abandonar os pactos narcísicos que têm servido, muitas vezes, para dar continuidade a certas tradições institucionais. O identitarismo dominante

nos centros tradicionais e hegemônicos de formação psicanalítica, majoritariamente constituído pela elite econômica, branca e cisgênera, precisa nos incomodar ao ponto de não ser mais possível suportar a falta de diversidade.

**Desafiando los pactos narcisistas: diversidad y democratización en psicoanálisis**

Resumen: El presente artículo destaca la necesidad de una mayor inclusión y diversidad en las instituciones psicoanalíticas, abordando la posición de los miembros afiliados y el impacto del narcisismo y el racismo en las relaciones institucionales. Para satisfacer las demandas contemporáneas, sugiere que es fundamental revisar los procesos de pertenencia y participación, desmantelando exclusiones y privilegios, y promoviendo la autorreflexión y el análisis crítico. Solo de esta manera será posible enriquecer el campo del psicoanálisis con perspectivas y experiencias diversas, garantizando una representación justa y una mayor diversidad.

Palabras clave: identidad, pacto narcisista, formación, inclusión, diversidad, democratización

**Challenging narcissistic pacts: diversity and democratization in psychoanalysis**

Abstract: The present article highlights the need for greater inclusion and diversity in psychoanalytic institutions, addressing the position of affiliate members and the impact of narcissism and racism on institutional relationships. To meet contemporary demands, it suggests that it is essential to review the processes of belonging and participation, dismantling exclusions and privileges, and promoting self-reflection and critical analysis. Only in this way will it be possible to enrich the field of psychoanalysis with diverse perspectives and experiences, ensuring fair representation and greater diversity.

Keywords: identity, narcissistic pact, education/training, inclusion, diversity, democratization

**La contestation des pactes narcissiques: diversité et démocratisation en psychanalyse**

Résumé : Le présent article souligne la nécessité d'une plus grande inclusion et diversité au sein des institutions psychanalytiques, en abordant la position des membres affiliés et l'impact du narcissisme et du racisme sur les relations institutionnelles. Pour répondre aux exigences contemporaines, il suggère qu'il est essentiel de revoir les processus d'appartenance et de participation, en

démantelant les exclusions et les privilèges, et en promouvant l'autoréflexion et l'analyse critique. Ce n'est qu'ainsi qu'il sera possible d'enrichir le domaine de la psychanalyse avec des perspectives et des expériences diverses, garantissant une représentation équitable et une plus grande diversité.

Mots-clés : identité, pacte narcissique, éducation/formation, inclusion, diversité, démocratisation

### Referências

- 22 Coletivos Brasileiros de Psicanálise de Rua (2023). *Coleção de zines Clínicas de Borda*. N-1 Edições.
- Bento, C. (2022). *Pacto da branquitude*. Companhia das Letras.
- Congresso Interno de Atibaia sobre a Análise Didática (2022). Relatórios. *Jornal de Psicanálise*, 55(103), 295-319. (Trabalho original publicado em 2007)
- Hoffmann, B. A.; Peiter, C.; Porto, T. S.; Rosenzvaig, A. M. V.; Socha, A. (2014). Para que a AMF?. *Jornal de Psicanálise*, 46(84), 181-190.
- Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Cobogó.
- Preciado, P. B. (2019). *Sou um monstro que vos fala*. N-1 Edições.

Márcio de Assis Roque  
marcioassisroque@yahoo.com.br

Recebido em: 12/4/2023

Aceito em: 28/4/2023